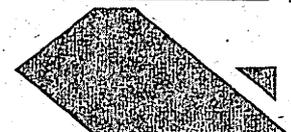




Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor das Unidades de Conservação da Sabiaguaba de 2017

Ao décimo sétimo dia do mês de fevereiro de 2017, aconteceu, no auditório da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA, com primeira chamada às 9h e segunda chamada às 09h30, a 1ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor das Unidades de Conservação da Sabiaguaba – CGS, que teve como pautas: 1) Apresentação da Proposta de Monitoramento do Parque Natural das Dunas e da Área de Proteção Ambiental de Sabiaguaba; 2) Informes Gerais. A princípio, antes da apresentação, a coordenadora da Coodenadoria de Políticas Ambientais - CPA/SEUMA, Sra. Edilene Oliveira, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos os conselheiros e convidados, em seguida falou da problemática dos pontos de lixo no município de Fortaleza, apresentando o levantamento que a CPA realizou sobre o processo de formação e alimentação desses pontos de descarte irregular de resíduos. Além disso, Edilene Oliveira falou sobre os desafios que a Prefeitura tem para erradicar esses pontos. Além disso, Edilene Oliveira comentou sobre a identificação das quatro frentes de trabalho desse processo: 1) modificação e enjamento social; 2) qualificação do espaço (cientificamente testado); 3) saber se logística do ecoponto está dando certo; e 4) fiscalização. Logo depois a consultora técnica da Célula de Educação Ambiental, Sra. Soni Sales, apresentou brevemente o Plano Municipal de Educação Ambiental de Fortaleza (PMEAFOR) e solicitou dois membros do CGS (titular e suplente) para compor o grupo técnico de trabalho do PMEAFOR. Em seguida, Natália Nogueira apresentou-se como a nova secretária executiva do CGS. Em seguida, foi dada a palavra para Sr. Rozimar Maurício (Sr. Rocimar), que mostrou sua preocupação com relação a vendas de terras, muramento e ocupações irregulares de áreas do Parque Natural das Dunas da Sabiaguaba. Além disso, Sr. Rocimar falou que a Secretaria Regional VI – SER VI tem sido inoperante, visto que não tem feito as devidas fiscalizações diante desta problemática. Sr. Rocimar sugeriu ainda que fosse enviado um ofício para a Secretaria Municipal das Finanças (SEFIN), solicitando a presença do seu secretário ou seu representante, para que seja dada uma explicação sobre o por que estão sendo feitas cobranças de IPTU sobre terrenos irregulares. Terminada a fala de Sr. Rocimar, foi dada a palavra para o Gerente da Célula de Planejamento e Gestão de Sistemas Naturais (CEPLA/CPA/SEUMA), Sr. André Arrais, que fez a apresentação da Proposta de Monitoramento do Parque Natural das Dunas e da Área de Proteção Ambiental, que tem como objetivo elaborar indicadores e desenvolver metodologia para monitorar áreas de preservação ambiental degradadas, ocupações irregulares, além de monitoramento de lagoas e parques. Com esse mecanismo, pode-se fazer o combate e a prevenção em relação às possíveis degradações e às ocupações que estão ocorrendo dentro da APA e do Parque, por meio de um monitoramento sistemático que identifique as construções irregulares, principalmente, no parque logo no seu início, momento em que se pode ser mais facilmente solucionado, com as demolições necessárias. André Arrais falou que o problema que a prefeitura enfrenta é com relação a ocupação em terrenos particulares dentro da APA e do Parque, uma vez que a mesma não tem autonomia para fazer intervenção nesses terrenos. Uma vez constatado que aquela área é mesmo daquele proprietário, o mesmo é obrigado por lei, através do Código de Obras e Posturas (Lei nº 5530 de 1981), a fazer o muro do terreno, dentro dos limites da propriedade. Durante a explanação, Sr. Rodrigo Poncê (IAB) perguntou se existe alguma restrição da SEFIN com relação às matrículas dos terrenos que se encontram em áreas irregulares. Respondendo a pergunta, André sugeriu fazer os devidos levantamentos dos cadastros dos imóveis irregulares e restringir a compra e venda dos desses. Falou que a ideia é, que com o monitoramento, elaborar indicadores para garantir a preservação destas Unidades de Conservação; com relação à APA, André Arrais falou da importância de garantir seu uso com o que está estabelecido no Plano de Manejo, obedecendo os índices construtivos estabelecidos pelo Plano Diretor. Na metodologia de monitoramento, serão utilizadas imagens de satélites, drones e georreferenciamento, que irão auxiliar na elaboração de mapas temáticos das ocupações. Além disso, a proposta tem como intuito compatibilizar o monitoramento com o plano de manejo e combater as ocupações irregulares, não deixando construir e tentar combatê-las bem no início. Terminada a apresentação de André Arrais, a palavra foi passada para Sra. Maria Luiza, presidente da Associação dos Nativos e Moradores da

Folha: ___ de ___





48 Sabiaguaba (ANMAS), que relatou sobre a falta e ineficiência da fiscalização com relação as construções
49 irregulares mesmo havendo denúncias por parte da população, além disso falou quetem sido feitas obras em
50 cima da antiga estrada, com um grande muramento. Maria Luiza falou ainda sobre a "privatização", também
51 devido a muramentos, da Boca da Barra dificultando o acesso da população. André respondeu falando que a
52 SEUMA não irá permitir nenhum tipo de construção nova no Parque, e na APA as construções só poderão ser
53 feitas se forem precedidas de licença ambiental, devidamente aprovada pelo CGS e autorizado após o parecer
54 da SEUMA. Com relação ao descarte de resíduos, supressão vegetal e toda tipificação de infração que está
55 relacionada a legislação ambiental, será orientado aos fiscais para que seja feito o procedimento adequado.
56 Além disso, o monitoramento irá atender a questão da fauna silvestre, como aves nas lagoas interdunares,
57 além das áreas de desova de tartarugas e dos ecossistemas aquáticos, lenticos e lóticos. Sra. Ana Carina de Lima
58 (ANMAS) falou que com o aumento das ocupações irregulares propiciou a aparição de diversas cobras nas
59 casas dos moradores do bairro. Sr. Rocimar relatou que as cobras e pássaros silvestres estão sendo soltos pelo
60 IBAMA. Por fim, André Arrais mostrou o cronograma de vistorias em campo, as quais serão feitas
61 quinzenalmente antes dos procedimentos de fiscalização. Diante disto, foi proposto que as fiscalização também
62 ocorram aos finais de semana e feriados, visto que grande parte das irregularidades que ocorrem na
63 Sabiaguaba ocorrem durante neste período. Sr. Rusty Sá (Ecomuseu Natural do Mangue) solicitou que seja
64 dada uma melhor atenção as denúncias feitas pelos moradores da Sabiaguaba, visto que esses convivem com a
65 área e podem monitorar de perto. Além disso, solicitou que seja chamada atenção da CAGECE e ENEL (antiga
66 COELCE), visto que essas têm colocado pontos de abastecimento de água e de energia na área de Parque,
67 atraindo e facilitando o aumento das construções irregulares. Sr. Cláudio Brasilino (Associação Náutica
68 Desportiva da Abreulândia - ANDA) reforçou a problemática das construções irregulares, com muramentos,
69 em área de APP, na qual tem sido cobrado dinheiro ilegalmente para que se tenha acesso a mesma. Sra. Ana
70 Carina também denunciou sobre o aumento do números de vendedores ambulantes e do passeio de carros
71 em cima das dunas do Parque, ocasionando degradação e o aumento do movimento dunar. Sra. Viviane
72 Pinheiro VerdeLuz falou das ameaças que algumas pessoas tem sofrido quando são descobertos como
73 denunciante dessas irregularidades. Viviane solicitou ainda que fosse acrescentado o monitoramento e
74 fiscalização com relação ao trânsito de veículos nas praias, nas dunas e na beira dos rio. Relatou ainda que os
75 moradores solicitam a implantação do sistema de saneamento ambiental para contemplar a população local.
76 Rusty Sá falou sobre a retirada da praça e do campo de futebol devido a construção da rodovia CE, e gostaria
77 de saber qual seria a contrapartida do Departamento Estadual de Rodovias - DER com relação a isso. Após
78 serem feitas as considerações sobre a proposta de monitoramento, Natália Nogueira, secretária executiva do
79 CGS, pediu que os conselheiros indicassem os dois membros para compor o grupo técnico do PMAFOR.
80 Diante disso, os conselheiros nomearam a Sra. Maria Luiza de Sousa Silva (ANMAS), como titular, e Rozimar
81 Maurício de Sousa (Sr. Rocimar), como suplente. Por fim, Natália Nogueira deu por encerrada a reunião. A
82 seguir, as instituições que tiveram representantes presentes da reunião:

Instituição	Conselheiro(a)/Representante
1 SEUMA	Maria Edilene Oliveira
2 SER VI	Bernadette Matos Alcântara
3 SETFOR	Ilka Maria de Aguiar Braid
4 SEPOG	Marcos Cavalcante
5 HABITAFOR	Alan Sérgio Rodrigues
6 ANDA	Rozimar Maurício de Sousa
7 ANDA	Cláudio Brasilino de Freitas
8 ASADOECOMUNAM	Rusty de Castro Sá Barreto
9 AMAG	Maria Marta da Cruz Silva
10 VERDE LUZ	Beatriz Azevedo de Araujo

Folha: ___ de ___





11	VERDE LUZ	Viviane Pinheiro de Azevedo
12	IMOBILIÁRIA M. TADEU LTDA	Manuel Tadeu Magalhães
13	IAB	Rodrigo Ponce de Leon
14	SETFOR	Noslíana Nobre Rabelo

A reunião contou ainda com alguns participantes:

	Instituição	Visitante
1	SEUMA	Natália Nogueira Rocha
2	SEUMA	João Saraiva
3	ANMAS /SABIAGUABA	Maria Luiza de Sousa Silva
4	ANMAS /SABIAGUABA	Ana Carina de Lima
5	SEUMA	Amanda Sousa
6	SEUMA	Natália Nogueira Rocha
7	SEUMA	André Arrais

As demais instituições do CGS, que se ausentaram, não apresentaram justificativa.

Fortaleza, 24 de abril de 2017.

Natália Nogueira Rocha
Secretaria Executiva do CGS

